

I JORNADA DE DESENVOLVIMENTO E INSTITUCIONALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

OS ABATES CLANDESTINOS SOB A ÓTICA DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI) E DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL (OI)

FERENC ISTVAN BÁNKUTI*

Resumo:

A partir de iniciativas do governo e/ou grupos privados, surge no mercado nacional alguns sub-sistemas estritamente coordenados em meio ao Sistema Agroindustrial (SAG) da carne bovina. A grande maioria destes, busca maior eficiência e coordenação da cadeia.

De forma quase que oposta, porém coexistindo com esses sub-sistemas, existe o grande mercado de carne “*commodity*”, onde o preço é fator determinante em detrimento da qualidade (sanitária) oferecida. Mercado que representa aproximadamente 90% da comercialização nacional de carnes, e é conduzido por uma série de problemas, entre os quais os abates clandestinos.

Este trabalho tem como objetivo principal entender como e porque existem sub-sistemas opostos em um mesmo ambiente competitivo e institucional. E se existem formas eficientes de organização porque as menos eficientes sobrevivem.

* Zootecnista – FZEA/USP e Mestrando da Universidade Federal de São Carlos – Departamento de Engenharia de Produção /Gestão dos Sistemas Agroindustriais – UFSCar.

1.0- Introdução

Atualmente no Brasil, observa-se o surgimento de diversos sub-sistemas na produção, processamento e distribuição de carne bovina. Muitos destes são originados a partir de iniciativas do governo ou de empresas privadas, tentando solucionar problemas fundamentais que cercam o Sistema Agroindustrial (SAG) da carne bovina.

Entre estes avanços pode-se citar as Alianças Mercadológicas, como o Programa do Novilho Precoce, ou as iniciativas como o Super precoce, boi verde e muitos outros.

Alguns destes programas (sub-sistemas) continuam na busca de resultados mais expressivos, outros por meio de parcerias formaram sub-sistemas estritamente coordenados, e muitas vezes totalmente verticalizados¹, baseados na oferta de carnes de maior qualidade e segurança. Faz parte destes programas a criação de animais especializados abatidos precocemente e comercializados a preços mais elevados quando comparados àqueles dos mercados ordinários.

Porém, deve-se salientar que parte expressiva da oferta de carnes ao mercado nacional é proveniente do abate clandestino, responsável por cerca de 50% do total comercializado (Resenha - ABIF, 1998). Ocasionalmente sérios problemas econômicos e sociais, tais como o fechamento de frigoríficos legalizados, a perda de arrecadação e problemas relacionados à saúde pública.

O presente trabalho considera que o SAG da carne bovina está subdividido em dois sub-sistemas: i) mercado demandante por produtos diferenciados principalmente no que diz respeito às características inerentes ao produto carne, serviços oferecidos e preço – e que não representa mais que 4% do mercado interno, sendo complementado por um mercado formado por consumidores exigentes (assim como os anteriores), mas que buscam principalmente segurança alimentar e de forma mais branda os serviços oferecidos e ii) mercado em que o principal fator de competitividade é o preço (Perosa, 1999; Saab, 1999), representando mais de 90% do mercado nacional. Sendo este último foco principal neste artigo.

Tendo como base a Nova Economia Institucional (NEI) e a Organização Industrial (OI), este artigo pretende descrever os principais fatores que contribuem para a existência e permanência do sub-sistema formado pela carne *commodity* - enfocando a problemática do abate clandestino, frente as atuais iniciativas de melhor coordenação da cadeia, busca de qualidade e garantia do produto oferecido. É importante destacar que os sub-sistemas mais especializados não são objeto de estudo neste artigo, surgem apenas como forma de exemplificar e reforçar a idéia de sua existência.

¹ Como no caso da produção de novilhos precoces para o restaurante Rubaiyat.

2.0-Método:

O trabalho se apoiará em duas bases teóricas: análise da eficiência das estruturas de governança, enfocando a Economia dos Custos de Transação (ECT), um ramo da Nova Economia Institucional (NEI) e análise da concorrência, utilizando a teoria da Organização Industrial.

A eficiência dos contratos e as estruturas de governança serão aportadas, por meio da Economia dos Custos de Transação (Williamson, 1985). Esta teoria permite a análise da eficiência da coordenação vertical na cadeia produtiva, com ênfase nos custos de transação *ex-post*. Essa abordagem tem sido a base de diversos estudos empíricos sobre formas de coordenação de cadeias agroindustriais (Menard, 1996) (Raynaud, 1999) (Brousseau & Codron, 1998).

A teoria da Organização Industrial oferecerá o instrumental de análise das estratégias de concorrência e a compreensão do funcionamento dos diferentes mercados, de forma a avaliar o ambiente competitivo em que as organizações operam.

É importante salientar que a base das discussões será a combinação das duas abordagens teóricas. As estratégias de concorrência são relacionadas como os atributos das transações que as organizações mantêm entre si, definindo as formas contratuais mais adequadas (Farina *et alii*, 1997).

Joskow (1995), através de um quadro conceitual, procurou sintetizar as atuais áreas de conhecimento na Nova Economia Institucional, apontando três caminhos distintos, porém complementares para explorar os fatores que determinam a organização e o desempenho dos mercados: **organização industrial moderna, ambiente institucional e estruturas de governança**. Segundo Joskow e Williamson (1991) - *apud* Jank, 1996, recomenda-se que as três vertentes sejam trabalhadas formal e conjuntamente, buscando obter um entendimento mais amplo sobre a organização e o desempenho dos mercados.

3.0-Revisão Bibliográfica:

A partir dos trabalhos de Ronald Coase, surge nos estudos das organizações, um novo paradigma conhecido como Nova Economia Institucional (NEI).

Ao contrário da economia neoclássica que considera a firma como uma função de produção privilegiando as relações entre insumos, tecnologia e bens produzidos, o novo conceito sem abandonar o anterior, vai mais além ao considerar as organizações como uma relação orgânica entre agentes realizada através de contratos, ou seja, considera não somente os custos de produção, mas também outros tipos de custos, como os de funcionamento dos mercados, mais especificamente, àqueles associados às transações.

Coase também expande o conceito de firma caracterizando-a como um conjunto de contratos – relações contratuais entre firmas, franquias, alianças estratégicas, parcerias e etc., coordenados que levam a execução da função produtiva. Assim, em 1937 com o trabalho intitulado de “A Natureza da Firma”, o autor dá início a investigação de temas como o da coordenação vertical da produção, muito trabalhada por Oliver Williamson, e a estrutura da organização interna da firma, abordada por Williamson, Milgrom e Roberts, baseados na teoria dos estudos dos incentivos (Zylbersztajn,2000). Os trabalhos que consideram as abordagens de Coase entre outros temas procuram entender os seguintes pontos: a) como se formam os custos associados aos mercados, b) quais as condições nas quais os mecanismos de preços são a forma mais eficiente de alocação de recursos, e c) as condições necessárias para o mecanismo de preços ser menos eficiente que os mecanismos contratuais ou de integração vertical como melhor forma de alocar recursos.

3.1-Nova Economia Institucional (NEI):

Segundo Joskow *apud* Farina 1997, a Nova Economia Institucional (NEI) é o aprimoramento da Moderna Organização Industrial, enriquecido ao considerar de forma mais detalhada e complexa o ambiente institucional e as variáveis transacionais que caracterizam a organização das firmas e dos mercados. Considera também, as relações entre ambiente institucional e as estruturas, o comportamento e o desempenho das organizações.

3.2-Economia dos Custos de Transações:

A Economia dos Custos de Transação (ECT), tem como unidade básica de análise o custo de transação, ou seja, o custo para manter o sistema econômico funcionando.

Partindo do pressuposto de que toda transação envolve risco e que os agentes estão cientes deste fato, a ECT descreve mecanismos e estruturas de governança como principais meios para a redução do risco associado às transações. Riscos que minimizados implicam em menores custos de transação e conseqüentemente maior competitividade da firma.

3.2.1-Características dos agentes:

A ECT, dentre outros aspectos, distingue-se da economia neoclássica ao considerar o comportamento dos agentes (indivíduos) e as características das transações. A primeira abordagem analisada por meio do que convencionalmente ficou conhecido como pressupostos comportamentais e a última por dimensões das transações.

3.2.2-Pressupostos comportamentais:

Considerando **racionalidade limitada** dos agentes, ou seja, contratos intrinsecamente incompletos – falta de informações ou elevado grau de complexidade, e **oportunismo**, caracterizado como comportamento aético em benefício próprio (*ex-ante* antes da efetivação do contrato ou *ex-post*, durante a vigência do contrato) os agentes protegem-se por meio de salvaguardas contratuais.

3.2.3-Dimensões das transações:

Diferentes estruturas de governança² são explicadas pelos diferentes tipos ou atributos das transações, sendo estes:

- **Especificidade dos ativos:** ativos específicos são aqueles que quando utilizados para outro fim sofrem perda de valor. Portanto aliado ao oportunismo e aos contratos incompletos aumentam os riscos transacionais e os problemas de adaptação, ocasionando desta forma, maiores custos de transação.

As especificidades podem ser de diversos tipos: a) locacional: pode estar relacionada com a distância entre firmas, na economia dos custos de transporte; b) ativos físicos: investimentos em ativos físicos específicos – ocorrem perdas quando utilizados em outra função; c) ativos humanos: exemplo o treinamento de um grupo de funcionários para atividades específicas; d) ativos dedicados: aqueles nos quais o retorno depende de transações com agentes específicos; e) de marca: refere-se diretamente ao valor de uma marca, não está relacionado ao capital físico nem humano; e f) temporal: quando o resultado de uma transação depende do fator tempo - esgotado o tempo limite existirão perdas associadas.

- **Frequência:** refere-se a repetição de uma mesma espécie de transação, sendo importante à consideração de dois aspectos: a) diluição dos custos de adoção de um mecanismo complexo por várias transações e b) construção de reputação entre os agentes envolvidos na transação.

Torna-se economicamente inviável a elaboração de um contrato (mecanismo de proteção) para transações de baixa frequência, sendo mais comum neste caso, a transação no mercado *spot*. E de forma oposta, transações mais frequentes “exigem” contratos mais elaborados e, portanto mais custosos, porém que terão o custo diluído nas diversas transações.

² Mercado *spot*, contratos ou integração vertical

- **Incerteza:** está relacionada com o desconhecimento de futuros eventos, a dificuldade do reconhecimento de informações relevantes ao contrato e a variância relacionada a uma certa distribuição de probabilidades.

Williamson (1996) considera como atributo mais importante à especificidade de ativos, seguido da frequência e da incerteza.

3.2.4-Formas organizacionais adequadas a cada tipo de transação:

Transações via mercado podem ser consideradas mais eficientes que a hierarquia através da obtenção de maiores economias de escala, escopo e agregação de demandas não correlacionadas (redução do risco), além de possuir maior incentivo (na maior parte das vezes monetário), para o cumprimento do acordo.

As vantagens da integração vertical surgem na medida em que as informações são comuns aos agentes e os impasses são resolvidos de forma mais rápida, porém os incentivos são menores quando comparados ao mercado, já que o resultado tem pouco ou nenhum efeito monetário para os agentes.

Quanto maior a especificidade do ativo (maior incerteza), maior a tendência de adoção de estrutura hierárquica de governança.

Através do exposto acima conclui-se que um dos fatores de competitividade das firmas é aquele relacionado com a estrutura de governança definida a partir dos atributos das diferentes transações. Portanto para a redução dos custos de transação faz-se necessário à correlação entre atributos das transações e estruturas de governança “ideais” para cada firma.

3.3- O ambiente institucional:

Instituições e organizações são os principais temas abordados pelos trabalhos de Douglas North a respeito do ambiente institucional. Segundo o autor, instituições são as regras da interação humana que somadas aos mecanismos de controle (*enforcement*), limitam e estruturam as relações humanas. Quando aportadas por legislações ou estatutos são consideradas formais e quando relacionadas apenas com códigos de conduta e comportamento são ditas regras informais - geralmente transmitidas através das gerações tornado-se assim fatores culturais. Considerando a definição de instituições acima, podemos da mesma forma relacionar o conceito de organizações, definindo-as como o conjunto de agentes que interagem no ambiente institucional.

As organizações são formadas e conduzidas a partir do ambiente institucional, tendo como principal objetivo prosperar, dentro das regras estabelecidas.

Segundo North (1994) “As instituições constituem as regras do jogo, as organizações são os jogadores”.

Quanto mais eficientes forem os mecanismos de controle (das normas institucionais), mais próximo o comportamento e a conduta (interação humana), estarão das regras formais.

Segundo Douglas North (1994), as instituições e suas evoluções são fatores responsáveis pelo desempenho econômico e quando aliadas à tecnologia, determinam os custos de produção e transação.

3.3.1- Mudanças Institucionais:

Mudanças institucionais têm início quando um agente identifica uma fonte (oportunidade) de mudança externa³, ou adquire conhecimento e habilidade. Na maior parte dos casos ocorre da junção destes dois fatores, sendo realizada de forma gradual⁴ e segundo uma trajetória.

Os agentes responsáveis pelas mudanças são tomadores de decisões (empresários, políticos, economistas e etc) que por meio de modelos mentais determinam as opções a serem adotadas.

Além da mudança gradual, outros tipos de mudança podem ocorrer, entre as quais as mudanças incrementais, geralmente realizadas por meio de alterações legislativas ou estatutárias, e as revolucionárias, quase sempre relacionadas a impasses causados pela ausência de instituições e organizações mediadoras.

3.3.2- Instituições e a teoria econômica:

A teoria Neoclássica pressupõe informação completa e um conjunto específico de instituições na formação de modelos ideais de transação. Porém trabalhos mais recentes incorporados à Nova Economia Institucional teorizam modelos não ideais, fazendo menção às informações incompletas e racionalidade limitada dos agentes - fatores que contribuem para o aumento dos custos de transação.

“Na verdade os incentivos gerados pelas instituições passam sinais confusos às partes e, assim, mesmo nos casos em que um arcabouço institucional é mais propício do que a estrutura institucional anterior para que se ganhe com as transações, sempre haverá incentivos à trapaça, aos aproveitadores, e etc., o que contribuirá para um mercado imperfeito” North, 1994.

Expansões de mercados observadas na história apresentam-se vinculadas a redução dos custos de transação, devido a alterações no ambiente institucional. Porém não são mercados ideais como pregados pela Economia Neoclássica.

³ Alterações nos preços, mudanças de gosto e etc.

⁴ Processos de mudanças graduais ocorrem principalmente quando relacionados às regras informais ou setores mais flexíveis – “salvo em casos de impasse, em termos de barganha das partes interessadas” North, 1994.

Segundo a visão da Nova Economia Institucional, mercados eficientes seriam àqueles no qual os agentes pudessem avaliar corretamente o efeito das políticas em relação ao seu bem-estar (North, 1994). Ou seja, instituições que garantissem a correta avaliação dos modelos transacionais e a punição ao descumprimento das cláusulas contratuais.

3.3.3- Aplicação ao referencial teórico:

Sociedades possuem ambientes institucionais e oportunidades distintas, e conseqüentemente formas organizacionais diversas.

Um dos fatores chave para o bom desempenho econômico das organizações é a existência de um arcabouço institucional flexível capaz de fornecer uma série de opções (caminhos alternativos) para a resolução dos problemas econômicos.

3.3.4- Modificações na trajetória institucional:

Mudanças na trajetória institucional exigem não somente alterações institucionais, mas também modificações ideológicas dos agentes que nela interagem. Instituições modificadas (adaptadas) oferecem novos cenários para a atuação de organizações existentes ou criação de novas organizações que devem se adaptar, e se possível incrementar os objetivos almejados.

Modificações ideológicas ocorrem quando os resultados não correspondem às expectativas dos agentes. Porém é importante salientar que mudanças na trajetória institucional não garantem aumentos de produtividade.

Conforme explicado por North 1994, o processo de mudança institucional pode ocorrer de duas maneiras: a primeira relacionada ao maior entendimento dos agentes em relação às organizações existentes, tornando-as mais produtivas (aprendizado/habilidade); e o segundo relacionado ao maior poder que pode surgir junto aos agentes (ex.empresários), criando liberdade suficiente para modificações nas regras (Leis) vigentes⁵.

3.4-Organização Industrial:

De maneira bem simplificada pode-se dizer que a teoria da Organização Industrial (OI) analisa o ambiente competitivo em que as organizações operam.

Fatores que determinam diferentes organizações de mercados (oligopólio, monopólio e etc), a configuração das firmas (hierárquica, mista e etc), relações entre fornecedores e distribuidores, e

⁵ Alteração das regras formais.

diferentes estratégias de preços e produto são também questões abordadas pela Organização Industrial.

Quando da análise sistêmica⁶ das cadeias agroindustriais, pressupõe-se o conhecimento da organização e dinâmica interna de cada segmento. As relações entre segmentos são baseadas nos padrões de concorrência, crescimento e no ambiente competitivo vigente dentro de cada um deles. Portanto a análise da coordenação dos sistemas exige tratar dos condicionantes técnicos, organizacionais e estratégicos predominantes em cada um dos segmentos (Farina, 2000).

A Teoria da Organização Industrial tem sido aplicada em muitos casos de forma adaptada na análise das estruturas de governança intersegmentos.

4.0-O Sistema Agroindustrial da Carne Bovina:

4.1-Abates Clandestinos

Existe uma pequena discordância quanto ao número total de bovinos clandestinamente abatidos, ou seja, carcaças provenientes de abatedouros que não pagam impostos e/ou operam sem fiscalização sanitária. O Ministério da Agricultura considera o índice de 30% enquanto que outras fontes (maioria) consideram que este índice é de 50%.

Segundo dados da ABIF⁷ - (*apud* Campos, 1997), no ano de 1997 foram abatidos com fiscalização federal 12 milhões e meio de cabeças. Porém, dados das indústrias de curtume sinalizam um número de 29,1 milhões de cabeças. Ou seja, menos da metade passou por inspeção federal, pequena quantidade passou por fiscalização estadual, e o restante ficou por conta dos abates clandestinos.

Interessa lembrar que o produto irregular não está sujeito a inspeção sanitária e leva à mesa do consumidor doenças, tais como a tuberculose, a toxoplasmose e a cisticercose. Os prejuízos causados à saúde pública, dada a existência desse tipo de estabelecimento, são inúmeros, uma vez que as patologias relacionadas ao consumo dessa carne não são de notificação obrigatória. Estima-se que a contaminação de carnes responde pela internação de 7 a 12% dos pacientes com alterações psíquicas do país (Resenha ABIF, 1997- *apud* O Estado de São Paulo). Os custos derivados dessa situação – em grande medida arcados pelo sistema público de saúde – são de importância considerável, embora ainda não tenham sido quantificados com rigor técnico.

O outro aspecto a ser considerado em abates clandestinos é o econômico, como a taxa de fechamento de frigoríficos inspecionados ou a redução da capacidade de abate, devido à concorrência desleal - estima-se que os frigoríficos estejam trabalhando com 40% de capacidade

⁶ Análise que tem como foco as relações entre os elos das cadeias.

⁷ ABIF - Associação Brasileira das Indústrias Frigoríficas

ociosa (Panorama Setorial-Gazeta Mercantil, 1998). Deve-se ainda ressaltar, o prejuízo causado pelo não pagamento de impostos aos órgãos governamentais – calcula-se que 20% do faturamento do SAG da carne sejam base para o recolhimento dos frigoríficos cadastrados e sujeitos a inspeção regulamentar (Resenha ABIF, 1998 *apud* - Pecuária de Corte, 1998).

Grande parte dos agentes atuantes no SAG da carne bovina atribui a clandestinidade ao incentivo de burlar a tributação e à dificuldade de monitoramento.

Ao considerarmos os aspectos legais, observa-se grande dificuldade do Governo na fiscalização e repreensão dos agentes que operam de forma ilegal.

Apesar das tentativas do Ministério da Agricultura e Abastecimento de melhorar a situação da carne comercializada no Brasil, lançando Portarias que exigem embalagem, carimbo de inspeção e outras melhorias, o abate clandestino continua.

Alguns autores mencionam que, após a Lei 7.889 – que dividiu a responsabilidade de fiscalizações com o Ministério da Agricultura, criando organismos estaduais e municipais de fiscalização segundo o destino dos produtos – a situação se agravou ainda mais, uma vez que permite o próprio município contratar o veterinário responsável pelo serviço de inspeção, ficando este funcionário sem autonomia alguma.

Uma outra tentativa por parte do governo para a diminuição dos abates clandestinos foi a Portaria 304 de 22/04/96, criada pelo Ministério da Agricultura, que contempla aspectos fundamentais à manutenção da qualidade higiênico-sanitária das carnes obtidas nos estabelecimentos sob inspeção sanitária oficial e, ao mesmo tempo, busca a modernização e a racionalização dos sistemas, de sua obtenção, preparação e comercialização.

Porém, em 15/07/96 criou-se as portarias de números 89 e 90, ampliando a portaria 304, onde foi estabelecido a prévia embalagem e identificação das carnes, e não mais a desossa obrigatória no local de abate, como previsto anteriormente na portaria 304.

O Governo reconhece que a Portaria 304 foi o primeiro passo para dificultar a atuação de empresas que abatem e comercializam carnes clandestinamente. Entretanto, parece que essas medidas não inibiram os clandestinos. Por esta razão, foi criada a Portaria 145, que implanta definitivamente a obrigatoriedade de desossa em todo o país. De maneira simplificada, a portaria autoriza a desossa aos matadouros-frigoríficos, aos entrepostos comerciais com qualquer nível de inspeção, e aos varejistas que possuírem habilitação da Inspeção Federal, Estadual e Municipal.

Através destas e de outras medidas, vê-se claramente que o poder público tem se empenhado no combate à ação dos matadouros clandestinos, porém, devido a inúmeros fatores, a aplicação correta das Leis é prejudicada.

Quando da análise do ambiente organizacional, observa-se pouca representatividade de grupos de interesse, frente a estas questões. Entidades governamentais, assim como privadas, praticamente não possuem atuação significativa em relação aos abates clandestinos, mesmo que se esforcem para moralizar do setor. O grande número de associações existente dedica esforços para outros fins – salvo alguns casos isolados⁸.

Dentro do cenário acima desenhado, os agentes econômicos buscam formas organizacionais mais adaptadas ao ambiente institucional e competitivo presente. Entre os possíveis caminhos está a verticalização, as relações sistêmicas, e as formas mistas de mercado.

A verticalização será neste trabalho, generalizada de duas formas: a) quando ocorre o processo de verticalização em busca de maiores garantias do produto final, preços superiores aos praticados nos mercados comuns e serviços agregados – ex. restaurantes especializados que criam os animais e os abate sob condições específicas comercializando “pratos” em restaurantes próprios e de alto padrão; b) trata-se da verticalização que objetiva principalmente a redução dos custos em detrimento da qualidade – ex. produtor que abate animais na própria fazenda e comercializa-os no próprio açougue.

As relações sistêmicas surgem como um “meio-termo” entre as duas formas organizacionais apresentadas acima. Trata-se de uma parceria entre produtores, frigoríficos e varejistas⁹, que por meio de contratos buscam a oferta de um produto de melhor qualidade sanitária e atributos da carne – maciez, coloração, textura e etc.,. Estas relações objetivam entre outros fatores, a oferta de produtos a preços medianos entre o mercado de carne “*commodity*” e os mercados mais especializados.

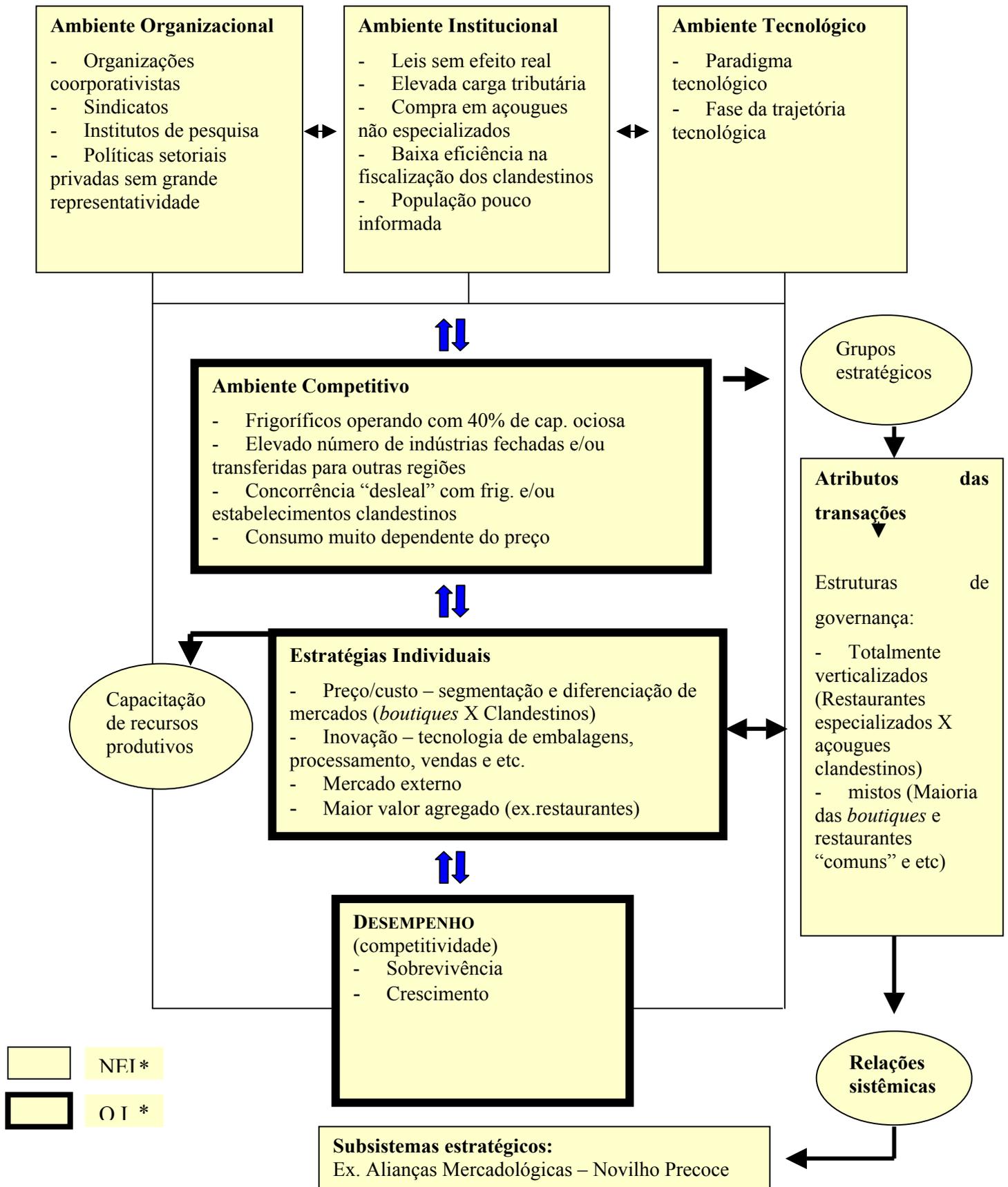
As formas organizacionais que prevalecem, no mercado nacional de carne bovina, são as formas mistas, representadas pela grande maioria de casas dos açougues e restaurantes “comuns”. Caracterizam-se pelas transações via mercado “*spot*”, onde praticamente não existe padronização dos produtos em termos de qualidade e atributos.

A figura 1 mostra de forma simplificada os fatores que influenciam as estratégias das firmas e o desempenho dos mercados, aplicados à problemática dos abates clandestinos.

⁸ Como exemplo o FUNDEPEC.

⁹ Existem muitas variações nas relações contratuais e mesmo entre os agentes envolvidos.

Fig. 1- Fatores que influenciam nas estratégias das firmas e no desempenho dos mercados – Aplicados à problemática dos abates clandestinos



Fonte: Farina et alli (1997)

* Trabalhadas em conjunto. A diferenciação no esquema possui caráter didático

5.0-Conclusão:

A partir do exposto acima podemos concluir que diversos são os prejuízos causados pela existência dos abates clandestinos no Brasil. Porém a explicação de sua existência e continuidade, não é fato tão evidente.

A análise do ambiente institucional permite a caracterização de alguns pontos relacionados à existência e manutenção dos abates clandestinos: a) as leis, tanto àquelas que visam a moralização do setor, quanto as que prevêem punição aos infratores existem, porém são pouco aplicadas, b) costumes e tradições tais como a compra de carnes em açougues não especializados ou feiras, fazem parte da tradição brasileira, c) o consumidor tem pouca informação e poder de compra para exigir produtos de qualidade (sanitária) superior, e d) a elevada carga tributária incentiva a sonegação fiscal.

Quando analisamos o ambiente competitivo podemos concluir os seguintes pontos: a) concorrência desleal entre estabelecimentos “legalizados” e clandestinos, tendo como consequência grande capacidade ociosa ou até mesmo fechamento de diversos estabelecimentos, b) consumo fortemente dependente do preço, c) é sabido também que as autoridades de fiscalização concentram esforços em estabelecimentos “legalizados” e d) grande parte da carne fiscalizada tem como destino o mercado externo e/ou restaurantes e lojas especializadas, que de certa forma limita as opções de escolha de parte dos consumidores.

Considerando as características do ambiente institucional e competitivo acima descritas, podemos observar que diversos são os atributos das transações e conseqüentemente diferentes formas organizacionais apresentam-se neste sistema. Algumas destas são as verticalizações que visam maiores garantias, coordenação mais eficiente e qualidade (ex.restaurantes especializados), ou aquelas que visam redução de custos, preços baixos, pouca preocupação com qualidade e atendimento de uma parcela grande do mercado¹⁰.

Outros arranjos são os de mercado (*spot*), ou seja, estabelecimentos que comercializam carnes provenientes de diversos frigoríficos sem nenhum tipo de contrato entre os agentes, ou as relações sistêmicas, como é o caso das alianças mercadológicas em que grupos de produtores frigoríficos e varejistas firmam relações de parceria em busca de maior eficiência e qualidade.

¹⁰ Caso do animal abatido na propriedade – frigo-mato e comercializado em feiras livres e casas de carnes não especializadas do próprio criador.

6.0- Referências Bibliográficas:

- A AMEAÇA DA CARNE, **Resenha-ABIF**, São Paulo, Dez.,1997, pg.25.
- ABATE CLANDESTINO: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA. **Resenha-ABIF**, São Paulo, out.,1998. P.1.
- ADABO, J.H., **Análise de Preços de Atacado e Varejo da carne Bovina na Cidade de São Paulo**. São Paulo, 1980. Dissertação de Mestrado - Escola de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Fundação de Sociologia e Política de São Paulo. 145p.
- ADABO, J.H., **Valor dos Registros de Estabelecimentos de Abate para a Saúde Pública**. São Paulo, 1990.
- ANUALPEC: ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA. FNP Consultoria, São Paulo, 1999.
- BACCHI, M.R.P., **Demanda de carne Bovina no Mercado Brasileiro**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v.30, n1, p 83-96, jan/mar. 1992.
- BANKUTI, F.I., **O SAG da Carne Bovina e o Sub-sistema das Carnes Especiais**. Trabalho de conclusão do curso de graduação em zootecnia - apresentado na FZEA-USP. Pirassununga, 1999.
- BILSKA, F.M.M.B., PARRÉ, J.L., GUILHOTO, J.J.M., **O Programa de Produção de Carne no Estado de São Paulo Sob o Enfoque da Teoria dos Jogos**. Informações Econômicas. São Paulo, v.28, fev 1998.
- BROUSSEAU, E. & CODRON, J. M. (1998). **The Hybridization of Governance Structures: Supplying French Supermarkets with Off-Season Fruit**. Montpellier-France (manuscript).
- COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. Parte III – **Dimensão estrutural da Competitividade**. In: Coutinho, L. G.; FERRAZ, J. C. Estudo da Competitividade da indústria brasileira. Campinas, Papyrus, 1994.
- FARINA, E.M.M.Q., SAES, M. S., AZEVEDO, P.F., **Competitividade: Mercado, Estado e Organizações**. São Paulo: Pioneira, 1997. 286p.
- FARINA, E.M.M.Q.,**Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo. Pioneira, 2000.
- FLEURY, A. C. C., **Estratégias, organização e gestão de empresas em mercados globalizados; a experiência recente do Brasil**. Gestão & Produção, v.4, n.3, dez, 1997.
- GARCIA, F., GOLDBAUM, S., VASCONCELLOS, L. M., REBELO, A. M. **“Instituições e Crescimento; a Hipótese do Capital-efetivo”** In: Textos para Discussão. Série Economia de Empresas, n.81, nov.1999.
- GATTORNA, J.L & WALTERS, D.W., **Managing the Supply Chain-** Mac Millan, 1996. 360p.
- INADIPLÊNCIA PROVOCA FECHAMENTO DE FRIGORÍFICOS. **Resenha-ABIF**, São Paulo, Jan, 1998, p.6.

- JANK, M. S., **Competitividade do Agribusiness Brasileiro: Discussão, Teoria e Evidências no Sistema Carnes**. São Paulo. SN., 1996. Dissertação de Doutorado - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- JOSKOW, P.L., **The new institutional economics: alternative approaches**. Journal of Institutional and Theoretical Economics, v.151, n.1, 1995, p.248-259.
- LAZZARINI, S.G., NETO, S.L., PISMEL, F.P., **Pecuária de Corte: a nova Realidade e Perspectivas no Agribusiness**. São Paulo: Lazzarini & Associados 1996, p.74.
- LEME, P. R., GONÇALVES, J.R., COUTINHO, J.L.V., ALLEONI, G.F., PITUCO, E.M., RAZOOK, A.G., BLISKA, F.M.M., **Prospecção de demandas Tecnológicas na Cadeia de Carne Bovina no Estado de São Paulo**. Campinas, 1997. p 1-63
- MELO, F.B.H., **Problemas no mercado da Carne Bovina**. 1ª ed. São Paulo: Editora Pioneira. p.20-23.
- MENARD, C. (1996). **“On Clusters, Hybrids, and Other Strange Forms: The Case of French Poultry Industry”**. Journal of Institutional and Theoretical Economics, Vol. 152. p. 154-195.
- NORTH. D.C. (1990) **“Institutions and their consequences for economic performance”** In: Cook. K. S. & Levi. M (eds.) The limits of rationality. Chicago: The Chicago University Press.
- NORTH, D. C (1994) **“Custos de transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro. Instituto Liberal, Jun 1994, 38p.
- NORTH. D.C. & WALLIS. J. J.(1994) **”Integrating institutional change and technical change in economic history: a transaction cost approach**. Journal of Institutional and Theoretical Economics. 150/4:609-624.
- PEROSA, J.M.Y., **Coordenação no Sistema Agroalimentar Carne Bovina**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista-Campus Araraquara. Araraquara, 1999.
- RAYNAUD, E. (1999) **Are Monopolists Better at Building Relationships? Evidence on the Effect of Competition on Trade. Credit Provision**. (www.isnie.org/ISNIE99)
- REZENDE, F., (1991) **O Peso dos Impostos no Custo da Alimentação: análise do problema e propostas de redução**. Rezende e Accorsi, Consultoria e Planejamento, Rio de Janeiro, 1991.
- SAAB, M.S.B.L.M., **Valor Percebido Pelo Consumidor: um estudo de atributos da carne bovina**. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- SANTOS, J.C., **Abate municipal e congênere-inviabilidade de pequenos matadouros**. Revista Higiene Alimentar Vol. 5 nº20. Dez. 1991. P 9-14.

WILLIANSO, O.E., **Comparative economic organization: The analysis of discrete structural alternatives**. Administrative Science Quarterly, 36, p.269-296, June, 1991.

WILLIANSO, O.E., **Transaction Cost Economics and Organization Theory**. Usa: University of California, December, mimeo. 1993B.

ZILBERSZTAJN, D., **Estruturas de governança e Coordenação do Agribusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições**. Tese de Livre Docência, Departamento de Administração, FEA/USP, 238p. 1995.

ZILBERSZTAJN, D., **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo. Pioneira, 2000.